

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	20
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Relatório da Administração	24
Notas Explicativas	31
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	55
Proposta de Orçamento de Capital	57
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	58

Pareceres e Declarações

Índice

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	61
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	63

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
Total	27.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2015	Ordinária		0,07702
Reunião do Conselho de Administração	11/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2015	Preferencial		0,07702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	104.873	104.297	100.412
1.01	Ativo Circulante	17.551	19.847	18.569
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.241	4.016	5.138
1.01.01.01	Caixa e Bancos	116	288	140
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.125	3.728	4.998
1.01.03	Contas a Receber	14.469	13.470	10.255
1.01.03.01	Clientes	14.469	13.470	10.255
1.01.04	Estoques	453	361	1.214
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.388	2.000	1.962
1.01.08.03	Outros	1.388	2.000	1.962
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	64	87	282
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	1.324	1.444	1.181
1.01.08.03.03	Juros s/Capital Próprio a Receber	0	469	499
1.02	Ativo Não Circulante	87.322	84.450	81.843
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.146	21.667	24.577
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	9.561	11.786	11.670
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	9.561	11.786	11.670
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.205	8.501	11.527
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	503	799	680
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	7.702	10.847
1.02.02	Investimentos	55.839	51.674	46.466
1.02.02.01	Participações Societárias	55.839	51.674	46.466
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	55.837	51.672	46.464
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	12.337	11.109	10.800
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	12.337	11.109	10.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	104.873	104.297	100.412
2.01	Passivo Circulante	10.118	7.676	8.512
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	748	585	409
2.01.01.01	Obrigações Sociais	748	585	409
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	748	585	409
2.01.02	Fornecedores	1.117	2.091	2.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.117	2.091	2.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.810	2.305	2.980
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.810	2.305	2.980
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	1.305	1.268	1.230
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	1.505	1.037	1.750
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.000	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.000	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.000	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	2.619	1.162	879
2.01.05.02	Outros	2.619	1.162	879
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.637	46	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	503	0
2.01.05.02.04	Salários	811	562	783
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	165	51	96
2.01.06	Provisões	1.824	1.533	1.468
2.01.06.02	Outras Provisões	1.824	1.533	1.468
2.02	Passivo Não Circulante	49.632	51.450	51.919
2.02.02	Outras Obrigações	0	0	20
2.02.02.02	Outros	0	0	20
2.02.03	Tributos Diferidos	48.632	49.450	49.899
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	48.632	49.450	49.899
2.02.03.01.01	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	43.290	43.322	43.751
2.02.03.01.02	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	5.342	6.128	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.04	Provisões	1.000	2.000	2.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.000	2.000	2.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.000	2.000	2.000
2.03	Patrimônio Líquido	45.123	45.171	39.981
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	10.369	11.895	11.934
2.03.04	Reservas de Lucros	6.707	5.229	0
2.03.04.01	Reserva Legal	416	354	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.291	4.875	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-25.849

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.305	56.557	35.615
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.298	61.652	37.967
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-1.993	-5.095	-2.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.437	-42.556	-21.624
3.03	Resultado Bruto	9.868	14.001	13.991
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.092	-6.791	-11.076
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.283	-8.397	-8.659
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	862	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.058	-3.804
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.329	2.664	1.387
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.776	7.210	2.915
3.06	Resultado Financeiro	-1.235	1.656	1.440
3.06.01	Receitas Financeiras	133	2.819	2.578
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.368	-1.163	-1.138
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.541	8.866	4.355
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-296	-1.791	3.323
3.08.01	Corrente	0	-1.910	3.193
3.08.02	Diferido	-296	119	130
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.245	7.075	7.678
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.245	7.075	7.678
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,46125	0,26207	0,28430
3.99.01.02	PN	0,46125	0,26207	0,28430

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	1.245	7.075	7.678
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.526	39	-92
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.771	7.114	7.586

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.114	832	2.030
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	831	6.321	6.785
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.245	7.075	7.678
6.01.01.02	Depreciação e amortização	309	319	292
6.01.01.03	Baixa de precatórios a receber	0	0	3.848
6.01.01.04	Créditos fiscais - prejuízos fiscais	0	601	-3.957
6.01.01.05	Baixa extrato refs	0	-30	-1.370
6.01.01.06	Resultado de equivalência patrimonial	-1.329	-2.664	-1.387
6.01.01.07	Provisão para contingência	-1.000	0	385
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.293	1.066	1.102
6.01.01.09	Diferimento de impostos	313	-46	194
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	283	-5.489	-4.755
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.904	-598	-526
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e investimentos	-4.373	-628	-561
6.02.02	Juros sobre capital próprio recebidos	469	30	35
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	15	-1.356	0
6.03.01	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-985	-1.356	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	1.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.775	-1.122	1.504
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.016	5.138	3.634
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.241	4.016	5.138

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	29.298	61.652	37.967
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.298	61.652	37.967
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.727	-35.618	-20.072
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.693	-33.478	-15.222
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34	-2.140	-4.850
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.571	26.034	17.895
7.04	Retenções	-309	-319	-292
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-309	-319	-292
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.262	25.715	17.603
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.462	5.483	3.965
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.329	2.664	1.387
7.06.02	Receitas Financeiras	133	496	271
7.06.03	Outros	0	2.323	2.307
7.06.03.01	Juros Sobre o Capital Próprios Recebidos	0	2.323	2.307
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.724	31.198	21.568
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.724	31.198	21.568
7.08.01	Pessoal	14.932	15.080	11.341
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.789	13.983	10.230
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.143	1.097	739
7.08.01.04	Outros	0	0	372
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.179	7.880	1.411
7.08.02.01	Federais	2.901	6.510	685
7.08.02.03	Municipais	278	1.370	726
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.368	1.163	1.138
7.08.03.03	Outras	1.368	1.163	1.138
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.245	7.075	7.678
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.402	0
7.08.04.02	Dividendos	0	503	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.245	5.170	7.678

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	166.971	156.298	152.651
1.01	Ativo Circulante	112.022	99.298	93.392
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.853	23.412	10.963
1.01.01.01	Caixa e Bancos	567	479	1.465
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	9.286	22.933	9.498
1.01.03	Contas a Receber	92.248	64.417	72.799
1.01.03.01	Clientes	79.251	49.746	67.155
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	14.652	6.911	19.303
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Faturar	64.599	42.835	47.852
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.997	14.671	5.644
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Créditos	7.591	9.024	5.644
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	5.406	5.647	0
1.01.04	Estoques	8.927	10.212	7.847
1.01.04.01	Material de Construção Revenda	4.776	4.240	6.219
1.01.04.02	Material de Revenda	0	4.678	7
1.01.04.03	Estoque de Imóveis	4.151	1.294	1.621
1.01.07	Despesas Antecipadas	994	1.257	959
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	0	824
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	0	824
1.02	Ativo Não Circulante	54.949	57.000	59.259
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.325	22.713	25.257
1.02.01.03	Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.380	1.380	1.380
1.02.01.04	Estoques	9.561	11.786	11.670
1.02.01.04.01	Estoque de Imóveis	9.561	11.786	11.670
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.384	9.547	12.207
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.682	1.845	1.360
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	7.702	7.702	10.847
1.02.02	Investimentos	12	12	12

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	33.617	33.271	33.050
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.617	33.271	33.050
1.02.04	Intangível	995	1.004	940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	166.971	156.298	152.651
2.01	Passivo Circulante	58.945	53.675	51.156
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.157	2.476	2.306
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.157	2.476	2.306
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	3.157	2.476	2.306
2.01.02	Fornecedores	17.549	14.568	15.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.549	14.568	15.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.195	8.388	8.848
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.195	8.388	8.848
2.01.03.01.02	Refis Lei 9964/2000	1.305	1.268	1.230
2.01.03.01.03	Parcelamento Lei 11941	0	0	755
2.01.03.01.04	Parcelamento (pis-cofins-inss desoneração)	2.062	0	0
2.01.03.01.05	Outros	6.828	7.120	6.863
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.585	14.616	9.890
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.585	14.616	9.890
2.01.05	Outras Obrigações	7.371	5.727	6.284
2.01.05.02	Outros	7.371	5.727	6.284
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.637	46	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	503	0
2.01.05.02.04	Salários	4.959	4.069	5.155
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	769	1.109	1.104
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	0	0	25
2.01.06	Provisões	9.088	7.900	8.258
2.01.06.02	Outras Provisões	9.088	7.900	8.258
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	9.088	7.900	8.258
2.02	Passivo Não Circulante	62.874	57.423	61.486
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.785	3.373	4.315
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.785	3.373	4.315
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.785	3.373	4.315

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02	Outras Obrigações	55.489	49.450	53.171
2.02.02.02	Outros	55.489	49.450	53.171
2.02.02.02.03	Obrig Tributária Refis - Lei 9964/2000	43.290	43.322	43.751
2.02.02.02.04	Obrig Tributária - Outros	6.857	0	3.252
2.02.02.02.05	Obrig Tributária - Reavaliação	5.342	6.128	6.148
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	0	0	20
2.02.04	Provisões	3.600	4.600	4.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	45.152	45.200	40.009
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	53.896
2.03.03	Reservas de Reavaliação	10.369	11.895	11.934
2.03.03.01	Ativos Próprios	10.369	11.895	11.934
2.03.04	Reservas de Lucros	6.707	5.229	0
2.03.04.01	Reserva Legal	416	354	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.291	4.875	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-25.849
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	29	29	28

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	288.380	332.742	287.589
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	321.291	369.198	311.377
3.01.02	Deduções	-32.911	-36.456	-23.788
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-259.047	-295.840	-255.448
3.03	Resultado Bruto	29.333	36.902	32.141
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.589	-21.592	-22.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.506	-17.868	-18.082
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-83	-3.724	-4.170
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.744	15.310	9.889
3.06	Resultado Financeiro	-7.389	-4.830	-4.870
3.06.01	Receitas Financeiras	1.262	1.400	548
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.651	-6.230	-5.418
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.355	10.480	5.019
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.110	-3.404	2.661
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.245	7.076	7.680
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.245	7.076	7.680
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.245	7.075	7.678
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1	2
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.245	7.076	7.680
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.526	39	-92
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.771	7.115	7.588
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.771	7.114	7.586
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1	2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.622	15.197	4.991
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.279	16.088	13.008
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.245	7.075	7.678
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.436	4.459	3.904
6.01.01.03	Efeito líquido baixa imobilizado	560	1.254	498
6.01.01.04	Crédito fiscais - prejuízos fiscais	0	601	-3.957
6.01.01.05	Baixa extrato refis	0	-30	-1.370
6.01.01.06	Baixa de precatórios a receber	0	0	3.848
6.01.01.08	Juros a pagar a longo prazo - parcelamento	1.599	1.233	1.393
6.01.01.09	Provisão para contingência	-1.000	600	385
6.01.01.10	Diferimento de impostos	-561	895	627
6.01.01.12	Participação minoritários no resultado	0	1	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.901	-891	-8.017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.333	-5.174	-5.533
6.02.01	Aquisições de ativos imobilizado e intangível	-5.333	-5.174	-5.533
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.604	2.426	-5.130
6.03.01	Juros sobre o capital próprio pagos e Dividendos pagos	-985	-1.358	0
6.03.02	Empréstimos e financiamentos	-2.619	3.784	-5.130
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-13.559	12.449	-5.672
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	23.412	10.963	16.635
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.853	23.412	10.963

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.079	0	-2.079	0	-2.079
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.245	0	1.245	0	1.245
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.526	1.478	834	0	786	0	786
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.416	-1.416	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-2.312	0	2.312	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	786	0	0	0	786	0	786
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	62	-62	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-25.849	0	0	23.944	0	-1.905	0	-1.905
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-503	0	-503	0	-503
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.402	0	-1.402	0	-1.402
5.04.08	Redução do Capital Social	-25.849	0	0	25.849	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.075	0	7.075	1	7.076
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	5.229	-5.170	0	20	0	20
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	4.875	-4.875	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	20
5.06.04	Constituição da Reserva Legal	0	0	354	-354	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	11.895	5.229	0	0	45.171	29	45.200

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.896	11.842	0	-33.585	0	32.153	27	32.180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.678	0	7.678	1	7.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	92	0	58	0	150	0	150
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-58	0	58	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	150	0	0	0	150	0	150
5.07	Saldos Finais	53.896	11.934	0	-25.849	0	39.981	28	40.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	321.291	369.198	311.377
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	321.291	369.198	311.377
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-177.988	-195.715	-178.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.682	-186.709	-169.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.306	-9.006	-9.475
7.03	Valor Adicionado Bruto	143.303	173.483	132.527
7.04	Retenções	-4.436	-4.459	-3.904
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.436	-4.459	-3.904
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.867	169.024	128.623
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.262	1.400	548
7.06.02	Receitas Financeiras	1.262	1.400	548
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	140.129	170.424	129.171
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	140.129	170.424	129.171
7.08.01	Pessoal	90.176	109.503	78.056
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.398	100.045	69.767
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.778	9.458	5.901
7.08.01.04	Outros	0	0	2.388
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.057	47.614	38.016
7.08.02.01	Federais	26.503	32.915	27.414
7.08.02.02	Estaduais	2.494	195	923
7.08.02.03	Municipais	11.060	14.504	9.679
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.651	6.230	5.418
7.08.03.03	Outras	0	6.230	5.418
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.245	7.076	7.680
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.402	0
7.08.04.02	Dividendos	0	503	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.245	5.170	7.678
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	1	2
7.08.05	Outros	0	1	1

Relatório da Administração

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2015, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

1. Atividades da Companhia e Perspectivas para 2016

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Construção Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido ao atual cenário de incertezas na economia do País, tendem a demandar serviços em menor escala, mas continuarão a necessitar de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos, aumentada, num mercado em que diversas empresas concorrentes ou entraram em Recuperação Judicial/Falência ou reduziram suas participações em obras por questões de *Compliance*. Portanto, em linhas gerais, acredita-se que as atividades da Companhia possuem boas condições de manutenção ou até mesmo de crescimento.

Por fim, a Companhia distribuiu Juros sobre Capital Próprio pelo segundo ano consecutivo, assim como, no último exercício, houve ainda distribuição de dividendo. Registre-se que a Companhia envidará seus maiores esforços para permitir a remuneração aos seus acionistas. Em resumo, as perspectivas para 2016 são as seguintes:

1.1. Azevedo & Travassos S.A.

Construção Pesada

A Companhia continua a participar de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil, com perspectiva de lenta recuperação a partir do próximo ano, mas com boas perspectivas para a Companhia, pelos motivos descritos no item 1.

1.2. Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

a) Construção Pesada e Construção Civil

As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a continuar compondo um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica. Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), são previstos elevados investimentos a serem aplicados em estradas, inclusive em novas concessões para os próximos 5 anos. A ATE tem condições técnicas de participar deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados

Relatório da Administração

destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas. A ATE está empenhada em conquistar novos clientes, ampliando e dando maior equilíbrio à sua carteira de obras.

b) Montagem Eletromecânica

No segmento de dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros) e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, está havendo uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Contudo, nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra (“*onshore*”), acredita-se que projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“*off shore*”).

c.2. Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde o terceiro trimestre de 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

d) Desenvolvimento Imobiliário

A Companhia possui cerca de 150 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Deve-se registrar que a controlada ATE possui análise de risco (GERIC) aprovada junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o que permite obter linhas de financiamentos de longo prazo e baixo custo para este tipo de produto.

Com base na Lei nº 13.043/2014 foi deferida, em 28/09/15, a liberação dos lotes números 03, 04, 05 e 09, que estavam arrolados no Programa REFIS – I, com o consequente cancelamento das averbações do arrolamento nas respectivas matrículas. Já estão sendo elaborados estudos preliminares visando à implantação de projetos imobiliários nestes imóveis, em uma área de 54 mil m², aproximadamente. Dentro deste contexto, em dez/15, foi constituída a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI - III), tendo sido integralizado no seu capital, pela Companhia, o lote 09.

Relatório da Administração

2. Desempenho Econômico e Financeiro

2.1. Receita

a) Azevedo & Travassos S/A. (ATSA)

Em 2015, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 29.298 mil (R\$ 61.652 mil em 2014), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e da execução de obras para os seguintes órgãos públicos: Prefeituras dos Municípios de Barueri e de Mogi das Cruzes e para o DER-SP (viaduto). Este resultado reflete a queda de faturamento da ATSA provocada pelo menor volume de contratações de obras públicas no ano passado.

A expectativa para 2016, dentro de um viés realista, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras acima citadas e que novos serviços que venham a ser contratados, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2017.

A receita financeira de 2015 foi de R\$ 133 mil, ante R\$ 2.819 mil em 2014. Em 2015 não houve receita financeira oriunda de pagamentos pela ATE de Juros sobre Capital Próprio (R\$ 2.323 mil em 2014).

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

A receita bruta de 2015 foi de R\$ 312.021mil, representando um valor próximo ao alcançado em 2014 (R\$ 316.958 mil). A previsão para 2016 é que a receita se mantenha no mesmo patamar de 2015, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações e conquista de novos clientes.

A receita financeira de 2015 foi de R\$ 1.121 mil, contra R\$ 858 mil ocorrida em 2014.

c) Consolidado

A receita bruta em 2015 foi de R\$ 321.291 mil e o registrado em 2014 foi de R\$ 369.198 mil.

Para 2016, a previsão é que a receita alcance o montante próximo ao do ano passado.

2.2. Endividamento

a) Azevedo & Travassos S/A.

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.595 mil (R\$ 44.590 mil em 2014), são os passivos mais relevantes da Companhia. Ver Nota Explicativa 20 item b.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, os débitos incluídos no Programa não serão considerados na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto a instituições financeiras oficiais federais.

Em junho de 2014, a Companhia adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2% da Receita Bruta), de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês. Em 31/12/15, restavam 410 parcelas a pagar de um total de 600. O valor da parcela paga em dezembro/15 foi de R\$ 109 mil.

As despesas financeiras de R\$ 1.368 mil (R\$ 1.163 mil em 2014), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o

Relatório da Administração

resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O endividamento bancário, em 2015, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (leasing, CDC e FINAME) ficou em R\$ 14.370 mil (R\$ 17.989 mil em 2014).

A ATE efetivou, em 04/09/15, pedido de Parcelamento de Débitos perante à Receita Federal, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa SELIC, tendo sido pagas 04 parcelas até o final de dez/15, apresentando, em 31/12/15, um saldo a pagar no montante de R\$ 8.919 mil. Ver Nota Explicativa nº 14.b.

As despesas financeiras alcançaram, até 31/12/15, o montante de R\$ 7.279 mil, contra R\$ 7.111 mil em 31/12/14. Em 2015 não houve despesas financeiras referentes ao pagamento dos JCP (R\$ 2.325 mil em 2014). Descontado o efeito do pagamento dos JCP, verificou-se um significativo aumento destas despesas em 2015 motivado pela elevação das taxas de juros.

Portanto, conforme se pode verificar, há reduzido endividamento bancário.

2.3. Resultados

a) Azevedo & Travassos S/A.

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 1.245 mil ante o resultado obtido em 2014 de R\$ 7.075 mil. A redução deste resultado ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial.

O quadro, a seguir, mostra a evolução da queda dos prejuízos acumulados e a subsequente apuração de lucros retidos:

Prejuízos Acumulados / Lucros Retidos – ATSA em R\$ mil

Rubrica / ano	2011	2012	2013	2014	2015
(Prejuízos Acum.) / Lucros Retidos	(42.764)	(33.585)	(25.849)	4.875	6.291

Em 31/12/15, a empresa dispunha de R\$ 1.125 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 3.728 mil em 31/12/14.

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2015, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil		
	2015	2014		2015	2014
Ativo	<u>122.563</u>	<u>107.295</u>	Receita Bruta	<u>312.021</u>	<u>316.958</u>
Circulante	99.025	82.662	Receita Líquida Serviços	281.105	285.598
Realizável L. Prazo	1.179	1.046	Lucro Bruto	28.708	31.295
Permanente	22.359	23.587	Lucro Antes IR e CSLL	2.140	4.278
			Lucro Antes da Reversão dos Juros s/Capital Próprio	1.329	2.665
Passivo	<u>122.563</u>	<u>107.295</u>			
Circulante	56.291	49.621	Reversão dos juros sobre Capital Próprio	-	2.325
Exigível a L. Prazo	13.242	5.973			
Patrimônio Líquido	53.030	51.701	Lucro Líquido do Exercício	1.329	4.990

Relatório da Administração

Observa-se que o patrimônio líquido teve um aumento de 3% em comparação com o do ano de 2014 e que a relação lucro bruto / receita bruta em 2015 foi de 9,20%, mantendo-se próxima a do ano anterior (9,9%).

O lucro líquido, em 31/12/15, foi de R\$ 1.329 mil, enquanto que, no mesmo período do ano passado, o valor desta rubrica alcançou R\$ 4.990 mil. Esta queda foi influenciada pelas condições adversas de mercado que geraram diminuição nas margens dos resultados.

A empresa dispunha, em 31/12/15, o valor de R\$ 7.722 mil em aplicações financeiras, ante R\$ 19.115 mil em 31/12/14. Esta baixa deve-se a maior necessidade de capital de giro.

c) Empresas Subsidiárias

As empresas subsidiárias, com a formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, apresentam a seguinte situação em 31/12/15:

- A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I) encontra-se em fase encerramento.

- A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II) e a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III) estão ainda sem atividades, no aguardo de definição de projetos.

2.4. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da ATSA, em 31/12/15, está em R\$ 45.123 mil, mantendo-se praticamente no mesmo patamar do exercício anterior. Adiante tem-se o seu comportamento nos últimos 5 anos.

Patrimônio Líquido – ATSA em R\$ mil

Rubrica / ano	2011	2012	2013	2014	2015
Patrimônio Líquido	29.658	32.153	39.981	45.171	45.123

Vale observar que, apesar de ter ocorrido Lucro Líquido (R\$ 1.245 mil) no exercício, o patrimônio líquido sofreu uma pequena variação para menor motivada principalmente pela distribuição dos JCP no valor de R\$ 2.079 mil.

2.5. Geração de Caixa (LAJIDA)

O quadro a seguir mostra a Geração de Caixa (LAJIDA) do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2015 e 2014.

	CONSOLIDADO – R\$ mil		ATE – R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (antes do IR e CSLL)	2.355	10.480	2.140	4.278
Despesas Financeiras	8.651	6.230	7.279	7.111
Receitas Financeiras	(1.262)	(1.400)	(1.121)	(858)
Depreciação e Amortização	4.436	4.459	4.127	4.140
LAJIDA	14.180	19.769	12.425	14.671

A diminuição nos valores da LAJIDA do Consolidado e da ATE em 31/12/15 em relação ao mesmo período do ano de 2014 se deve principalmente à diminuição dos serviços prestados diretamente pela ATSA e pela redução das margens operacionais.

Relatório da Administração

3. Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do período. O Conselho de Administração aprovou, em 11/12/15, a declaração e pagamento de JCP no valor bruto total de R\$ 2.079 mil e valor líquido de R\$ 1.768 mil, após a retenção de 15% de Imposto de Renda, conforme informado no FATO RELEVANTE, publicado em 15/12/15. Os JCP serão imputados, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015 e serão pagos em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, tendo ocorrido o pagamento da primeira parcela em 30/12/15 e as demais vencerão nos últimos dias úteis dos meses subsequentes e não sofrerão nenhuma atualização monetária. Tal benefício foi aplicado à base acionária de 11/12/15. Ver Nota Explicativa 16.

4. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

As avaliações realizadas por empresa especializada dos equipamentos e máquinas da Companhia e da ATE constaram que o valor justo, dos itens mais representativos, situa-se em patamar superior ao valor contábil e residual dos mesmos. Em relação aos terrenos da Companhia, os valores venais de referência para cálculo do ITBI indicam que os valores de mercado estão significativamente superiores aos registrados na Contabilidade.

5. Investimentos

Em 2015, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 3.798 mil contra R\$ 4.546 mil em 2014. Esta redução do valor investido deve-se à deliberação da Administração da Companhia em restringir a realização de novos investimentos até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa.

6. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da Empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos empregados são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo GRI – Global Reporting Initiative, Instituto ETHOS, dentre outros.

7. Código de Ética e Conduta

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, já tendo sido divulgado para a maioria dos profissionais da ATSA e da ATE. Este Código está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da BM&FBOVESPA.

O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

8. Instrução CVM 381/03

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

Relatório da Administração

9. Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2015.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2016.

São Paulo, 15 de março de 2016.

Renato de Almeida Pimentel Mendes
Diretor

Aluízio Guimarães Cupertino
Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Atividades das empresas do grupo

A controladora, bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) tem como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. em 10 de julho de 2008 adquiriu 99,95% do capital da Reserva de Incorporações Ltda., posteriormente alterada para Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda., destinada a construção de apartamentos para comercialização. Em 2009 a empresa iniciou as suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. foi constituída em 03 de setembro de 2008, sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 99,95% do capital. destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2015 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

A empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. foi constituída em 30 de dezembro de 2015, sendo a participação da Azevedo & Travassos S.A. de 99,95% e da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. de 0,05% do capital destinada a construções de apartamentos para comercialização. Em 2015 a empresa não havia iniciado suas atividades operacionais.

Desde 1998, todos os contratos de obras e serviços, com exceção de obras públicas, passaram a ser executados pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE).

A receita da controladora foi em sua maioria oriunda da recuperação de custos e despesas administrativas cobradas de sua controlada ATE e de contratos de obras públicas executados para a Prefeitura Municipal de São Paulo e Barueri, Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM e Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

1.2 Estratégia operacional

A companhia tem como estratégia operacional a manutenção da sua lucratividade.

As principais medidas são:

- a) A empresa equacionou seus débitos fiscais e está participando de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura, mercado este onde a empresa tem grande tradição. Para o exercício de 2016 a expectativa é que o faturamento seja da ordem de R\$ 25.000.

Notas Explicativas

- b) Executar com resultado a prestação de serviços não oriundas de órgãos públicos direcionada para a ATE desde 1998. A controlada ATE pretende faturar no exercício de 2016 cerca de R\$ 300.000, seguindo projeção baseada na carteira de obras contratadas e nas expectativas de novos contratos.
- c) Investir preferencialmente em treinamento de pessoal, buscando melhorar sua produtividade e rentabilidade.
- d) Continuar racionalizando a estrutura organizacional da companhia.
- e) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS onde em 2014 foi feito acordo com a Receita Federal para pagamento até 28 de fevereiro de 2050 (vide nota 20b III).
- f) Viabilizar a incorporação de projetos imobiliários em terrenos disponíveis (aproximadamente 100.000 m2) de sua propriedade, na área urbana da cidade de São Paulo os quais possuem valor de mercado muito superior ao contabilizado.
- g) A empresa possui três precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 1.380 e um precatório baixado do ativo em 2013 (vide nota explicativa 20c e 20h4) É intenção da empresa, aguardar pelo recebimento dos mesmos ou trocá-los por outros recebíveis para quitação de passivos fiscais, sem realizar perdas econômicas.
- h) Prosseguir com as ações de cobrança ajuizadas contra o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando êxito no recebimento de correção monetária e juros decorrentes de atrasos nos pagamentos de créditos da empresa e com a ação para recebimento do precatório nº 203/83 no valor de R\$ 3.848 baixado conforme item g acima.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Consolidado**.

As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como **Controladora**.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com o IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, aprovando e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos, até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- **Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, que é o valor líquido de realização esperado, trata-se de operações de curto prazo não trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras, e incluem o valor das medições efetuadas no final do exercício assim como a evolução das obras, correspondentes aos serviços executados e não faturados até a data do balanço. E uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa ou impairment) pode ser reconhecida quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.

- **Estoques**

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Notas Explicativas

- **Estoque de Imóveis e Imóveis comercializados**

São avaliados ao custo de aquisição, ou valor de mercado, dos dois o menor e os imóveis comercializados ao valor de negociação a receber.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos auferidos.

- **Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas foram registrados pelo seu valor de aquisição e atualizado pelo método de equivalência patrimonial.

- **Imobilizado**

Composto pelos bens tangíveis registrados ao custo de aquisição, líquidos da depreciação e/ou perdas para redução ao valor recuperável. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais gastos são registrados no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme divulgado na nota 11.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

- **Arrendamento Mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são financeiros consequentemente transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Nesses contratos os ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras como um ativo e passivo de igual valor, baseados no valor justo do ativo ou no valor presente dos pagamentos mínimos, determinados no início do arrendamento mercantil. Os custos iniciais diretamente atribuíveis ao arrendamento mercantil são adicionados ao montante reconhecido como um ativo.

- **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros, são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Notas Explicativas

- **Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (financeiros e não financeiros) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

- **Imposto de renda e Contribuição social**

São computados em conformidade com as disposições da legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis aos impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidas sobre diferenças temporárias na extensão em que a sua realização seja provável.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente

- **Provisões para contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas sempre que for avaliado como provável por seus assessores legais ou a melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

- **Receitas**

As receitas referentes aos contratos de construção em andamento são reconhecidas no resultado de acordo com as medições efetuadas mensalmente e conseqüentemente no exercício, e ou evolução das obras.

- **Destinação dos resultados e distribuição de lucros**

A Companhia remunera seus acionistas através do dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia, que poderá ser deduzido dos juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda. O dividendo mínimo, por se tratar de uma obrigação legal, prevista no estatuto social da Companhia, é lançado no passivo circulante, a parcela que exceder o dividendo mínimo é lançada no próprio patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio serão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

A sua controlada ATE destina seus resultados entre distribuição de lucros e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Podendo com relação à remuneração aos acionistas, se utilizar da modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

- **Lucro por ação**

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações em circulação.

- **Demonstrações financeiras consolidadas**

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais em comum e os resultados intersociedades, realizados e não realizados até a data do balanço, após o efeito dos impostos.

As conciliações entre o lucro do exercício e o patrimônio líquido da controladora e do consolidado não apresentam diferenças.

- **Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios**

Estão registrados em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade definido no NPC17 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e o novo pronunciamento contábil - CPC 17. (nota 20 a).

- **Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2015	Controladora		Consolidado	
			2015	2014	2015	2014
- Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	98,0% CDI	1.125	1.589	7.726	18.458
Banco Bradesco	CDB-DI	100,0% CDI	-	1.014	-	1.289
Banco Itaú	COMPROMISSADA					
	DI	98% CDI	-	1.125	-	1.125
Banco Hsbc	DI -LONGO PRAZO	99,25% CDI	-	-	-	2.052
Banco Abc	CDB-AUTO	20% CDI	-	-	763	-
Outros			-	-	797	9
			<u>1.125</u>	<u>3.728</u>	<u>9.286</u>	<u>22.933</u>
- Caixas e bancos			<u>116</u>	<u>288</u>	<u>567</u>	<u>479</u>
			<u>1.241</u>	<u>4.016</u>	<u>9.853</u>	<u>23.412</u>

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

5. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber	9.585	4.460	14.652	6.911
Serviços executados e não faturados	4.884	9.010	64.599	42.835
	<u>14.469</u>	<u>13.470</u>	<u>79.251</u>	<u>49.746</u>

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Estoques de material de construção e peças de manutenção	453	361	4.776	4.240
Material de revenda	-	-	-	4.678
	<u>453</u>	<u>361</u>	<u>4.776</u>	<u>8.918</u>

Notas Explicativas**7. ESTOQUE DE IMÓVEIS**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Azevedo & Travassos S.A.	9.561	11.786	9.561	11.786
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	-	-	1.315	1.294
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	2.836	-
	<u>9.561</u>	<u>11.786</u>	<u>13.712</u>	<u>13.080</u>
Menos - parcela do circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.151</u>	<u>1.294</u>
Parcelas a longo prazo (b)	<u><u>9.561</u></u>	<u><u>11.786</u></u>	<u><u>9.561</u></u>	<u><u>11.786</u></u>

	<u>m²</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>2015</u>	<u>2014</u>
LOTE Elisio	22.999	3.795	3.756
LOTE 9	30.937	-	2.687
LOTE 3	5.465	752	698
LOTE 4	4.343	604	555
LOTE 5	1.348	159	138
LOTE 6	1.536	154	136
LOTE 7	18.144	2.150	2.031
LOTE 8	17.207	1.947	1.785
	<u><u>101.979</u></u>	<u><u>9.561</u></u>	<u><u>11.786</u></u>

Permanece no ativo imobilizado o lote 1 (55.568 m²) onde esta localizada a sede da companhia.

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes os valores estão contabilizados no Realizável a Longo Prazo.

O lote 9 foi integralizado em 30 de dezembro de 2015 como subscrição capital de Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda.

A empresa tem imóveis (estoque de imóveis R\$ 9.561 e no imobilizado R\$ 12.054 perfazendo um total de R\$ 21.615), os quais, excluído o lote 9, apresentam o valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 54.206.

Notas Explicativas**8. IMPOSTOS A RECUPERAR E OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas pagas antecipadamente	4	10	994	1.257
Impostos a recuperar (a)	-	-	773	3.064
Caução de aluguel	38	61	560	466
Caução de obras	-	-	1.014	1.353
Conta corrente Consórcio Constran(nota 20 a1)	-	-	227	229
Conta corrente Consórcio Mendes (nota 20 a2)	-	-	314	215
Depósito judicial bloqueado	-	-	194	107
Outras contas a receber	22	16	32	72
	<u>64</u>	<u>87</u>	<u>4.108</u>	<u>6.763</u>

(a) Parte do valor em 2015 de R\$ 773 (R\$ 3.064 em 2014) no consolidado trata-se de créditos de material de revenda (ICMS, COFINS e PIS) e retenções (IR e CSLL).

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA**A Companhia mantém investimentos:**

	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		o resultado do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (a)	99,95	99,95	53.001	51.672	1.329	2.664
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda -ATDI-III (99,95	99,95	2.836	-	-	-
Total			<u>55.837</u>	<u>51.672</u>	<u>1.329</u>	<u>2.664</u>

a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto em 2015 de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 2014)..

O patrimônio líquido da controlada é de R\$ 53.030 (R\$ 51.701 em 2014) e o seu lucro líquido do exercício é de R\$ 1.329 (R\$ 2.665 em 2014). A controladora em 16 de dezembro de 2014, aumentou o capital da controlada em R\$ 2.544.

b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a empresa ainda não iniciou suas atividades.

Notas Explicativas**A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. mantém investimentos:**

	final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda (ATDI-I)	99,95	99,95	73	411	11	(426)
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda (ATDI-II)	99,95	99,95	10	10	-	-
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda (ATDI-III)	0,05	-	1	-	-	-
Total			<u>84</u>	<u>421</u>	<u>11</u>	<u>-426</u>

EM 2015 a ATDI-II e ATDI-III ainda não havia iniciado suas atividades e a ATDI-I apresenta um movimento irrelevante.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Operações:				
- Contrato de aluguel (a)	512	487	-	-
- Receita bruta de serviços (b)	19.558	8.949	-	-
- Transferência de terreno (c)	-	-	1.050	1.050
- Juros S/ Capital distribuído (d)	-	-	-	1.976
- Juros S/ Capital pago	-	-	469	2.006
- Juros S/ Capital a pagar (d)	-	-	-	469
- Lucros pago (e)	-	-	-	1.464
- Lucros a pagar (e)	-	-	350	-
- Outras partes relacionadas (f)	-	-	424	1.148
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (g)	-	-	245	234
- Cessão prejuízo fiscal (h)	-	2.544	-	-
- Integralização capital ATDI-III (i)	2.836	-	-	-

- (a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel / sede.
- (b) Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos.
- (c) Em 02 de setembro de 2010 a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. transferiu para a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto II Ltda., um lote de 3.922m², por R\$ 1.050, através de instrumento particular de confissão de dívida com pagamento previsto para 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

- (d) A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., conforme proposta da sua diretoria registrou juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.976 , valor líquido deduzido de 15% do IRRF dos juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2015 ficou saldo a pagar de R\$ 0 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2014).
- (e) A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., pagou em 2014 de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) o valor de R\$ 1.464.
A Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto I Ltda., realizou em 30 de setembro de 2015 a distribuição de lucros para controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) de R\$ 350.
- (f) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.
- (g) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e sua controlada ATDI II.
- (h) A Azevedo & Travassos S.A. cedeu à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. prejuízo fiscal IRPJ e base de cálculo negativo CSLL, através de Instrumento Particular de Cessão e Confissão Dívida de 31 de outubro de 2014. A Azevedo & Travassos S.A com esta cessão aumentou o capital na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. , aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2014.
- (i) Foi constituída em 30 de dezembro de 2015 a empresa Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda., com participação de 99,95% da Azevedo & Travassos S.A. e 0,05% da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. . A Azevedo & Travassos S.A. integralizou sua participação com a cessão do Lote 9 Pirituba.
- Honorários dos administradores e benefícios.
Em 31/12/2015, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 2.221 (R\$ 2.088 em 31 de dezembro de 2014), conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Benefícios de Curto Prazo		
- Salário ou Pró-Labore (i)	2.085	1.959
- Benefícios (ii)	136	129
- Bônus	-	-
Total	<u>2.221</u>	<u>2.088</u>

- (i) Inclui remuneração fixa (salários,, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.
A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

Notas Explicativas**11. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2015			Controladora
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2014
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	5.886	(1.607)	4.279	2.950
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	109
Outros	10	451	(241)	210	216
		7.070	(2.508)	4.562	3.275
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(562)	7.253	7.312
		15.407	(3.070)	12.337	11.109

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2015			Consolidado
		Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2014
					Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	5.945	(1.650)	4.295	2.969
Máquinas e equipamentos	10	22.343	(12.815)	9.528	9.161
Veículos	10	15.545	(7.016)	8.529	9.287
Outros	10	8.243	(4.753)	3.490	4.020
		52.076	(26.234)	25.842	25.437
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(562)	7.253	7.312
		60.413	(26.796)	33.617	33.271

A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Edifícios e benfeitorias	4.373	1.513	-	-	5.886
(-) Depreciação Acumulada	(1.423)	(184)	-	-	(1.607)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(624)	(36)	-	-	(660)
Outros	426	24	-	1	451
(-) Depreciação Acumulada	(210)	(30)	-	(1)	(241)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(59)	-	-	(562)
	11.109	1.228	-	-	12.337

A mutação do saldo do imobilizado:

	Consolidado				
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Edifícios e benfeitorias	4.432	1.513	-	-	5.945
(-) Depreciação Acumulada	(1.463)	(186)	-	(1)	(1.650)
Máquinas e equipamentos	20.642	2.110	(317)	(92)	22.343
(-) Depreciação Acumulada	(11.481)	(1.685)	308	43	(12.815)
Veículos	15.731	1.089	(1.374)	99	15.545
(-) Depreciação Acumulada	(6.444)	(1.455)	931	(48)	(7.016)
Outros	8.278	259	(290)	(4)	8.243
(-) Depreciação Acumulada	(4.258)	(680)	182	3	(4.753)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(503)	(59)	-	-	(562)
	33.271	906	(560)	-	33.617

Notas Explicativas

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciable (terrenos). Dessa forma, conservadoramente, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1263/09.

Custo Atribuído (deemed cost)

A companhia não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, conforme definido na interpretação técnica ICPC 10.

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	31/12/2015			Consolidado
		Custo	Amortização	Líquido	31/12/2014
Softwares	20	3.306	(2.311)	995	1.004
		<u>3.306</u>	<u>(2.311)</u>	<u>995</u>	<u>1.004</u>

A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2014				Consolidado
	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2015
Softwares	2.944	362	-	-	3.306
(-) Amortização Acumulada	(1.940)	(371)	-	-	(2.311)
	<u>1.004</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>995</u>

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
. Capital de giro	1,60% a.m.	Janeiro de 2016 a Outubro de 2017	1.000	-	12.083	12.264
. Finame	9% a.a.	Janeiro de 2016 a Março de 2019	-	-	614	1.054
. Financiamento CDC	1,15% a.m.	Janeiro de 2016 a Abril de 2019	-	-	1.275	1.897
. Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	Janeiro de 2016 a Agosto de 2018	-	-	1.398	2.774
			<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>15.370</u>	<u>17.989</u>
Menos - parcela do circulante			<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>11.585</u>	<u>14.616</u>
Parcela a longo prazo			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.785</u>	<u>3.373</u>

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores e alienação fiduciária dos bens.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – OUTROS IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Curto prazo				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros) (a)	1.505	1.037	6.828	7.120
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	2.062	-
	<u>1.505</u>	<u>1.037</u>	<u>8.890</u>	<u>7.120</u>
Longo prazo				
Parcelamentos (pis-cofins-inss desoneração) (b)	-	-	6.857	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.857</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

- (a) Dentro do valor de impostos a recolher, parte é diferido para recolher, quando do recebimento da receita, que lhe deu origem. Em 31 de dezembro de 2015 a controladora tem R\$ 414 e no consolidado R\$ 1.413.
- (b) Em 04 de setembro de 2015, a controlada ATE, deu entrada pedido parcelamento de débitos do PIS, COFINS e INSS DESONERAÇÃO, período de apuração de fevereiro a julho de 2015, vencidos de março a agosto de 2015, tendo sido diferido e em fase de andamento pela Receita Federal. O prazo de vencimento é de 60 parcelas, sendo que a primeira foi recolhida em setembro de 2015.

<u>Composição do parcelamento</u>	<u>Ano</u>	<u>30/09/2015</u>
	2.016	2.062
	2.017	2.062
	2.018	2.062
	2.019	2.062
	2.020	671
		<u>8.919</u>
Menos -parcela do curto prazo		<u>(2.062)</u>
Parcelas a longo prazo		<u>6.857</u>

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros a pagar	-	-	508	1.019
Outras	<u>165</u>	<u>51</u>	<u>261</u>	<u>90</u>
parcela do circulante	<u>165</u>	<u>51</u>	<u>769</u>	<u>1.109</u>

16. PATRIMONIO LIQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

Em 30 de abril de 2014, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, sendo a principal deliberação a aprovação da redução do capital social em R\$ 25.849, mediante a absorção integral do saldo de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2013. Em razão da redução o capital da Companhia passou de R\$ 53.896 para R\$ 28.047.

Notas Explicativas

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

Os dividendos em 31 de dezembro de 2015 foram calculados como abaixo:

Cálculo dos dividendos			
Lucro líquido do exercício			1.245
(-) Reserva legal (R\$ 1.245 X 5%)			(62)
(+) Realização de reserva de reavaliação			2.312
Lucro líquido ajustado			3.495
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (R\$3.495 x 25%)			874
Forma de pagamento			
	<u>valor bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>valor líquido</u>
Juros sobre o capital próprio (I)	2.079	(311)	1.768
TOTAL			1.768

I) O Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de dezembro de 2015, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, deliberou creditar em 29 de dezembro de 2015 juros sobre capital próprio de R\$ 2.079, aplicado sobre posição acionária de 11 de dezembro de 2015, correspondente a R\$ 0,077028493 por ação e pagamento em 12 parcelas, iguais e sucessivas, a primeira em 30 de dezembro de 2015, que serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2015.

c) Retenção de Lucros

A Administração propõe a retenção do lucro remanescente do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.416, para reforço de Capital de Giro e também fortalecimento e preservação do seu Patrimônio Líquido. Este reforço é essencial, neste momento, de escassez de crédito pelo mercado financeiro.

Notas Explicativas**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.541	8.866	2.355	10.480
ATDI I calculo pelo lucro presumido	-	-	-	427
Adições:				
- Provisão não dedutível	130	222	522	822
- Despesas indedutíveis	2.312	860	2.694	1.648
Exclusões:				
- Equivalência	(1.329)	(2.664)	-	-
- Juros sobre o capital próprio	(2.079)	(1.402)	(2.079)	(1.402)
- Reversão de provisão não dedutível	(1.000)	-	(1.000)	-
- Prejuízo Fiscal	-	(1.764)	425	(1.764)
Base de cálculo	(425)	4.118	2.917	10.211
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social líquido do adicional	-	(1.377)	(966)	(3.420)
Incentivo fiscal	-	67	19	131
Imposto de renda e contribuição social ATDI I (lucro presumido)	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal -ativo fiscal diferido (nota 20 e)	-	(600)	-	(600)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(1.910)	(947)	(3.889)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(296)	119	(163)	485
	(296)	(1.791)	(1.110)	(3.404)

(a) Foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários e encargos	6.303	5.356	11.535	9.985
Serviços contratados de terceiros	113	281	3.198	3.202
Outros	782	801	2.688	2.722
Total	7.198	6.438	17.421	15.909

Notas Explicativas

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conta corrente dos Consórcios

O saldo da conta corrente dos Consórcios está demonstrado no ativo/passivo consolidado (nota explicativa 8) e está representado por transferência de numerários, fornecedores e reconhecimento da participação sobre o resultado apurado no consórcio.

a.1) Consórcio Constran – Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Mineroduto Paragominas (PA)

Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo acumulado do consórcio foi de R\$ 37.340 (R\$ 37.297 em 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. nesse prejuízo equivalente R\$ 18.670 (R\$ 18.648 em 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. foram, também, objeto de revisão especial pelos auditores independentes até 31 de dezembro de 2006, sendo que para o exercício de 2007 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

a.2) Consórcio Mendes Júnior-Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. - Gasoduto Cacimbas - Catu (BA)

Em 31 de dezembro de 2015, o resultado apurado com base no balanço do consórcio e ajustado conforme determina a NPC 17 totalizou R\$ 19.761 (R\$ 19.947 em 2014), sendo a participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., nesse lucro equivalente R\$ 7.904 (R\$ 7.979 em 2014).

Os valores oriundos do Consórcio e incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes em 2008 e 2009. De 2010 a 2015 as movimentações foram consideradas imateriais.

b) REFIS Federal

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo Circulante	1.305	1.268	1.305	1.268
Passivo Não Circulante	43.290	43.322	43.290	43.322
Total	<u>44.595</u>	<u>44.590</u>	<u>44.595</u>	<u>44.590</u>

l) A Sociedade optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

Notas Explicativas

- II) Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as obrigações decorrentes dos débitos incluídos no REFIS não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos vinculados a licitações pela administração pública direta ou indireta e em operações de financiamentos realizadas por instituições financeiras oficiais federais.
- III) A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela será calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final. Na hipótese de 1,2% sobre a Receita Bruta da Companhia vier a ser maior do que o valor da parcela, calculado conforme descrito acima, este deverá ser o valor adotado, seguindo o critério original estabelecido no REFIS. O saldo do extrato em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 44.595 (R\$ 44.590 em 2014)

c) Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP. Em 31 de dezembro de 2015 apresenta um saldo de R\$ 1.380 (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2014). Vide nota 20 h.4

d) Provisão para Contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, está provisionado o montante de R\$ 1.000 (R\$ 2.000 em 2014), e no consolidado R\$ 3.600 (R\$ 4.600 em 2014) o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2015
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	256	23	-	279	279
Possível	775	-	350	1.125	721
Remota	29	8.249	10	8.288	-
Total	1.060	8.272	360	9.692	1.000

Notas Explicativas**• Consolidado**

Probabilidade de Perda	Processos				2015
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	879	31	413	1.323	1.323
Possível	1.692	-	2.460	4.152	2.277
Remota	11.549	9.276	1.933	22.758	-
Total	14.120	9.307	4.806	28.233	3.600

• Controladora

Probabilidade de Perda	Processos				2014
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	1.933	25	-	1.958	1.958
Possível	35	-	50	85	42
Remota	29	8.180	10	8.219	-
Total	1.997	8.205	60	10.262	2.000

• Consolidado

Probabilidade de Perda	Processos				2014
	Trabalhista	Fiscal	Cível	Total	Provisão Contábil
Provável	2.226	33	-	2.259	2.259
Possível	1.526	15	3.081	4.622	2.341
Remota	9.734	9.429	2.562	21.725	-
Total	13.486	9.477	5.643	28.606	4.600

	Controladora			Consolidado		
	2014	Movimento no exercício	2015	2014	Movimento no exercício	2015
Trabalhista (a)	1.950	(1.198)	752	2.988	(1.181)	1.807
Fiscal	25	(2)	23	41	(10)	31
Cível	25	200	225	1.571	191	1.762
Total	2.000	(1.000)	1.000	4.600	(1.000)	3.600

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificada pela Administração e seus advogados como remota. O valor considerado nessa classificação corresponde à somatória dos valores atribuídos às causas pelos demandantes.

Os riscos tributários classificados como remotos são compostos, na sua maioria, por autos de infração e pedidos de compensação ainda pendentes de discussão na esfera administrativa e processos judiciais cujos débitos foram quitados ou tiveram a incidência de prescrição reconhecida.

Notas Explicativas

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas Controladas são partes são promovidos por ex-colaboradores e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas extras, indenizações, demais consectários trabalhistas e verbas decorrentes de responsabilidade subsidiária. A provisão destes leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas nos últimos exercícios.

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza cível, que referem-se principalmente à questões indenizatórias, regressivas e discussões de cláusulas e cumprimento de contratos. A provisão desse risco leva em consideração a evolução dos processos e o histórico de perdas.

e) Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social

e.1) HISTÓRICO

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Prejuízos fiscais IRPJ períodos de 2000 a 2008		36.673	-
Base negativa de CSLL períodos de 2000 a 2008		-	36.676
Total do prejuízo fiscal e base negativa		<u>36.673</u>	<u>36.676</u>
CRÉDITOS			
Créditos prejuízos fiscais IRPJ (36.673 x 25%)	9.168	9.168	
Créditos base negativa de CSLL (36.676 x 9%)	3.301		3.301
Total dos créditos (1)	<u>12.469</u>	<u>9.168</u>	<u>3.301</u>
UTILIZADO			
Para quitação débitos fiscais lei nº 11941/09	283	176	107
Cessão IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	2.544	1.870	674
DIPJ período 2009 a 2014 - IRPJ e CSLL	1.940	1.425	515
Total dos valores utilizados (2)	<u>4.767</u>	<u>3.471</u>	<u>1.296</u>
Saldo para ser utilizado (1- 2)	<u>7.702</u>	<u>5.697</u>	<u>2.005</u>

Notas Explicativas**e.2) DEMONSTRATIVO DOS VALORES RECONHECIDOS NO ATIVO CRÉDITOS FISCAIS EM 31/12/2015**

	<u>TOTAL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
RECONHECIDO			
a) Reconhecido em 2012 como Imposto Reserva de Reavaliação	1.602	1.178	424
b) Reconhecido como lucros tributários futuros até 31/12/2013	9.244	6.797	2.447
REVERSÃO			
DIPJ período 2014 - IRPJ e CSLL	(600)	(441)	(159)
Cessão em 2014 IRPJ e CSLL para ATE quitar parcelamento	(2.544)	(1.870)	(674)
sub-total (b)	6.100	4.486	1.614
Total reconhecido na conta ativo - Créditos Fiscais (a + b)	7.702	5.664	2.038

Trata-se de prejuízo fiscal do imposto de renda e a base negativa de contribuição social relativo aos períodos de 2000 a 2008 e estão sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Em virtude da Companhia estar , gerando resultados tributáveis nos últimos exercícios e apresentar expectativas de realização dos prejuízos fiscais acumulados, foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferida sobre os prejuízos fiscais passíveis de compensação nos próximos 10 anos.

A Administração da Companhia realizou estudo técnico “Revisão Periódica do Crédito Fiscal Diferido Reconhecido do Prejuízo Fiscal do IRPJ e da Base de Cálculo Negativa do CSLL”, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2016, no valor presente de R\$ 8.125, superior ao saldo reconhecido do crédito fiscal diferido de lucros tributários futuros em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 6.100 (item b supra). Esse mesmo estudo também foi realizado de 2010 a 2014.

Esta revisão foi preparada seguindo as definições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998, que aprovou o pronunciamento específico emitido pelo IBRACON, bem como a Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 e Pronunciamento Técnico CPC 32.

Notas Explicativas

Data base da Compensação	<u>Valor Original</u>	<u>Valor Presente</u>
2016	413	384
2017	456	395
2018	504	406
2019	557	417
2020	616	429
2021 a 2025	<u>11.951</u>	<u>6.094</u>
Total	<u>14.497</u>	<u>8.125</u>

f) Cobertura de seguros

A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2015 é considerada suficiente pela Administração da empresa para cobrir eventuais sinistros.

As premissas de riscos adotados pela empresa, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

g) Arrendamento Mercantil

Em 31 de dezembro de 2015 a dívida a valor presente reconhecida contabilmente é de R\$ 1.398 (R\$ 2.774 em 31 de dezembro de 2014), sendo os compromissos decorrentes de arrendamento mercantil (principal + encargos) assumidos pela Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., relativo à aquisição de equipamentos e veículos, no montante de R\$ 1.914 (R\$ 3.871 em 2014), e as parcelas serão devidas nos seguintes períodos:

<u>Exercícios</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2015	-	1.957
2016	1.053	1.053
2017	604	604
2018	<u>257</u>	<u>257</u>
	<u>1.914</u>	<u>3.871</u>

h) Ações Judiciais Ativas

h.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e controlada ATE. Estima-se o benefício patrimonial decorrentes de tais ações, até 31.12.2015, para a Companhia (ATSA) de R\$ 125 e, para a ATE, de R\$ 3.993. A ação promovida pela ATE foi julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, aguardando atualmente a admissão do recurso apresentado. A ação ajuizada pela Companhia aguarda julgamento em 1ª Instancia.

h.2) Ação DER/SP

Notas Explicativas

Ação proposta objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato administrativo celebrado com o DER, ainda pendente de julgamento em 1ª Instancia, sendo certo que na perícia realizada nos autos, foi apurado, pelo Assistente Técnico indicado, crédito a favor da Companhia (ATSA) no montante de R\$ 10.009, data base jan/2007.

h.3) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de calculo da contribuição previdenciária e a recuperação dos valores recolhidos a esse título, sendo a ação ajuizada pela Companhia (ATSA) julgada parcialmente procedente em 1ª e 2ª Instancias, e aquela ajuizada pela Controlada ATE, julgada parcialmente procedente em 1ª Instancia, aguardando julgamento pela 2ª Instancia, não sendo, neste momento, possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

h.4) Precatório Judicial

Nada obstante a deliberação da Companhia (ATSA), em 31.12.2013, em baixar de seu ativo o valor de R\$ 3.848, referente aos créditos decorrentes do Precatório Judicial, extraído da Ação Ordinária promovida contra o DER, processo nº 203/83, em tramite perante a 4ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em razão da análise de risco quanto a definição de seu valor, a Companhia continua a discussão judicial no sentido de ver reconhecido e pago o crédito, que segundo os cálculos que entende corretos, importa em R\$ 3.502 mil, em 31.12.2015.

h.5) Multa 10% - FGTS

A Companhia (ATSA) e a ATE ajuizaram, em 29/01/2014, ações judiciais objetivando a autorização para depósito judicial mensal dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º da Lei Complementar n.º 110/2001 (multa de 10%), e, no mérito, a declaração da inconstitucionalidade incidental e superveniente da referida exação. Foram proferidas as decisões autorizando os depósitos judiciais, estando, as ações aguardando decisão de mérito. Em 31 de dezembro de 2015 os valores históricos depositados totalizavam R\$ 81 para a ATSA e R\$ 869 para a ATE.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia continua a participar de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil, com perspectiva de lenta recuperação a partir do próximo ano.

A sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE) trabalha nas áreas de Construção Pesada, Construção Industrial, Montagem Eletromecânica (incluindo gasodutos, oleodutos e minerodutos) e Perfuração Direcional Horizontal. As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a continuar compondo um expressivo mercado para o segmento de Construção Pesada, mesmo em tempos de crise econômica.

A área de Construção Industrial, apesar de apresentar-se em ritmo menor do que em anos anteriores, tem recebido investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção e implantação de novas fábricas.

As principais atividades da ATE se concentram nos segmentos de Montagem Eletromecânica e de Dutos (gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros). Seus principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras, Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, está havendo uma diminuição nas contratações de obras e serviços. Acredita-se que nas áreas de atuação da ATE localizadas em terra (“*onshore*”), projetos prioritários terão continuidade e poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Em relação ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto a clientes, principalmente com: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

A Divisão de Perfuração da ATE continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiro e está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“*off shore*”).

A Companhia possui cerca de 150 mil m² em terrenos, na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Através de subsidiárias, na formatação de SPE - Sociedades de Propósito Específico, estão sendo desenvolvidos projetos imobiliários numa área de 54 mil m², visando atender a demanda de imóveis para a população de média e baixa renda.

Em 2015, a receita bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 29.298 mil (R\$ 61.652 mil em 2014), através da prestação de serviços para a controlada ATE e da execução de obras para os seguintes órgãos públicos: Prefeituras dos Municípios de Barueri e de Mogi das Cruzes e para o DER-SP. Este resultado reflete a queda de faturamento da ATSA provocada pelo menor volume de contratações de obras públicas no ano passado.

A expectativa para 2016, dentro de um viés realista, é que a Companhia alcance uma receita da ordem de R\$ 25.000 mil, considerando-se os serviços a serem prestados para a ATE, o término das obras acima citadas e que novos serviços que venham a ser contratados, por decorrerem de licitações públicas, somente apresentarão seus efeitos em 2017.

A receita bruta de 2015 da controlada ATE foi de R\$ 312.021mil, representando um valor próximo ao alcançado em 2014 (R\$ 316.958 mil). A previsão para 2016 é que a receita se mantenha no mesmo patamar de 2015, considerando-se as obras já contratadas e as expectativas de novas contratações e conquista de novos clientes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita bruta do Consolidado em 2015 foi de R\$ 321.291 mil e o registrado em 2014 foi de R\$ 369.198 mil. Para 2016, a previsão é que a receita alcance o montante próximo ao do ano passado.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA INVESTIMENTOS

Tendo em vista o atual cenário de incertezas na economia do País, permanecem suspensos investimentos referentes a aquisição de máquinas e equipamentos até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades da Companhia e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES

Todas as informações foram prestadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31/12/2015 e no Relatório da Administração.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas da

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A., (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Azevedo & Travassos S.A., em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de março de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI

Auditores Independentes S/S

CRC 2SP 005528/O-2

Toshio Nishioka

Contador

CRC-1SP-104.690/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, a proposta da administração de Destinação do Lucro e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2015. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela administração, no Relatório sobre as Demonstrações Financeiras acima referidas, elaborado em 15/03/2016, pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, e tendo presenciado a reunião do Conselho de Administração, que aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício e a proposta da administração para Destinação do Lucro, os membros do Conselho Fiscal são de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de março de 2016

Endrigo de Pieri Perfetti

Genival Francisco da Silva

Luciano Neves Penteado Moraes

Newton Moscatello

Walter Ramos Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2015.

São Paulo, 15 de março de 2016

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluizio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2015.

São Paulo, 15 de março de 2016

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Aluízio Guimarães Cupertino

Diretor

Diretor

Abelardo Gomes Parente Junior

Diretor